



DPE-BA
Comum a todas as
áreas de Analista Técnico

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos informativos de variada tipologia, extraídos de livros e periódicos contemporâneos — textos verbais, mistos (verbais e não verbais). Elementos circunstanciais e suas modalidades. Palavras de conexão intervocabular e interoracional e suas relações no contexto, como articuladores, conectores e operadores argumentativos.....01

Classes de palavras e suas flexões nominais e verbais. Emprego das classes gramaticais nominais e verbais; uso dos tempos e modos verbais.....24

Coesão e coerência.....31

Sintaxe de concordância, de regência e de colocação.....32

Crase.....35

Frase, oração e período. Frase nominal e verbal. Elementos constituintes da oração e suas funções morfossintáticas. Processo de coordenação: paralelismo de construção; relação de parataxe. Processo de subordinação: suas relações de dependência e de interdependência; relação de hipotaxe. Orações coordenadas e subordinadas (desenvolvidas e reduzidas).....36

Semântica: denotação, conotação, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiponímia e hiperonímia.....39

Figuras de linguagem.....41

Níveis de linguagem.....45

Funções da linguagem.....46

Formas de discurso.....48

Pontuação: seus recursos expressivos e sintático-semânticos.....53

Formação de palavras: processos.....55

Ortografia.....60

Acentuação gráfica.....66

Exercícios.....66

Gabarito.....75

RACIOCÍNIO LÓGICO

Problemas envolvendo equações de 1º e 2º grau.....01

Geometria.....10

Razão e Proporção.....19

Regra de Três.....23

Porcentagem.....25

SUMÁRIO



Sequências e Progressões aritméticas e geométricas.....	27
Contagem, Combinação, Arranjo e Permutação. Princípios da análise combinatória.....	31
Proposição: conectivo lógico, valor lógico, proposição composta, negação de proposições, proposições logicamente equivalentes, tabelas-verdade. Tautologia. Contradição. Contingência. Estruturas lógicas: lógica de argumentação; Implicações lógicas.....	36
Teoria dos conjuntos e Operação com conjuntos.....	66
Exercícios.....	73
Gabarito.....	76

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Constituição da República Federativa do Brasil – Saúde.	1
Evolução das políticas de saúde no Brasil.	3
Sistema Único de Saúde – SUS (Lei no 8. 080/90 e Lei no 8.142/90).	37
Decreto no 7.508 de 28 de junho de 2011.	56
Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde – COAP.....	62
Exercícios.....	63
Gabarito.....	67

LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública na Constituição Federal e na Constituição Estadual.....	01
Lei Complementar Federal nº 80/94. Das disposições gerais e das atribuições institucionais da Defensoria Pública. Da organização da Defensoria Pública. Atribuições e prerrogativas dos Defensores Públicos. A Defensoria Pública como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Dos direitos, das garantias e das prerrogativas do Defensor Público. Dos deveres, das proibições, dos impedimentos e da responsabilidade.....	05
Do processo administrativo disciplinar.....	39
Autonomia funcional e o poder de requisição do Defensor Público.....	44
Assistência jurídica integral, assistência judiciária e gratuidade judiciária: conceituação e operacionalização.....	44
Direito à assistência jurídica pública. Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita.....	45
Lei Nacional nº 1060/50.....	59
Presunção da hipossuficiência.....	61
A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas.....	61
A Autonomia funcional do Defensor Público.....	61
A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções.....	61
Lei Complementar Estadual nº 26/2006 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia).....	61
Lei Complementar Estadual 45/2018.....	133
Emendas Constitucionais Federais nº 41/03, 45/04 e 80/14.....	147
Emenda Constitucional Estadual 11/05.....	162
Exercícios.....	164
Gabarito.....	167

SUMÁRIO



Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A compreensão é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A interpretação é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

- Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



- Linguagem não-verbal é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



— Equação do 1º Grau

Na Matemática, a equação é uma igualdade que envolve uma ou mais incógnitas¹. Quem determina o “grau” dessa equação é o expoente dessa incógnita, ou seja, se o expoente for 1, temos a equação do 1º grau. Se o expoente for 2, a equação será do 2º grau; se o expoente for 3, a equação será de 3º grau. Exemplos:

$$4x + 2 = 16 \text{ (equação do 1º grau)}$$

$$x^2 + 2x + 4 = 0 \text{ (equação do 2º grau)}$$

$$x^3 + 2x^2 + 5x - 2 = 0 \text{ (equação do 3º grau)}$$

A equação do 1º grau é apresentada da seguinte forma:

$$ax + b = 0$$

É importante dizer que a e b representam qualquer número real e a é diferente de zero ($a \neq 0$). A incógnita x pode ser representada por qualquer letra, contudo, usualmente, utilizamos x ou y como valor a ser encontrado para o resultado da equação. O primeiro membro da equação são os números do lado esquerdo da igualdade, e o segundo membro, o que estão do lado direito da igualdade.

Como resolver uma equação do primeiro grau

Para resolvermos uma equação do primeiro grau, devemos achar o valor da incógnita (que vamos chamar de x) e, para que isso seja possível, é só isolar o valor do x na igualdade, ou seja, o x deve ficar sozinho em um dos membros da equação.

O próximo passo é analisar qual operação está sendo feita no mesmo membro em que se encontra x e “jogar” para o outro lado da igualdade fazendo a operação oposta e isolando x .

1º exemplo:

$$x + 4 = 12$$

Nesse caso, o número que aparece do mesmo lado de x é o 4 e ele está somando. Para isolar a incógnita, ele vai para o outro lado da igualdade fazendo a operação inversa (subtração):

$$x = 12 - 4$$

$$x = 8$$

2º exemplo:

$$x - 12 = 20$$

O número que está do mesmo lado de x é o 12 e ele está subtraindo. Nesse exemplo, ele vai para o outro lado da igualdade com a operação inversa, que é a soma:

$$x = 20 + 12$$

$$x = 32$$

3º exemplo:

¹ <https://escolakids.uol.com.br/matematica/equacao-primeiro-grau.htm#:~:text=Na%20Matem%C3%A1tica%2C%20a%20equa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,equa%C3%A7%C3%A3o%20ser%C3%A1%20de%203%C2%BA%20grau.>



LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

— Defensoria Pública na Constituição Federal

Função essencial individualizada da advocacia pela Emenda Constitucional nº 80/2014, a Defensoria Pública é instituição permanente do Estado, que também tem como finalidade primordial a orientação jurídica e a defesa do cidadão em todos os graus, caracteriza-se por garantir o acesso à justiça aos mais necessitados. Possui autonomia funcional e administrativa, competindo-lhe a promoção dos direitos humanos, a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos e a orientação jurídica dos cidadãos que não possuem recursos financeiros suficientes para a contratação de um advogado particular. A independência funcional no desempenho de suas atribuições, a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos e a estabilidade são também garantias dos defensores públicos. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. O ingresso na carreira de defensor também deve se dar por concurso público.

Diante da omissão constitucional sobre a necessidade de o defensor público continuar inscrito nos quadros da OAB, dada a similitude das atividades da Defensoria Pública com a advocacia, se discute nos Tribunais superiores a obrigatoriedade da inscrição na OAB para os defensores públicos.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014).

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal (Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013).

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014).

— Defensoria Pública na Constituição Estadual

TÍTULO IV **DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES** **CAPÍTULO IV** **DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA** **SEÇÃO III** **DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Art. 144 - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

§ 1º - À Defensoria Pública é assegurada a autonomia funcional, administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo encaminhamento compete ao Defensor Público-Geral.

§ 1º acrescido ao art. 144 pela Emenda Constitucional nº 11, de 28 de junho de 2005.